

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)**

### **Parecer nº. 100/2017**

**Objeto:** Projeto de Lei nº. 4.604/2017, que “Altera § 2º do art. 1º da Lei n. 7.428 de 2017, ao tempo em que autoriza suplementação de crédito e reduz o valor da dotação orçamentária que menciona.”

**Autoria:** EXECUTIO MUNICIPAL

**Relator:** Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

### **1. RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) o Projeto de lei 4.604/2017, de autoria do Executivo Municipal, que visa alterar o § 2º, do art. 1º, da Lei 7.428/2017, autorizando a suplementação de crédito e redução do valor da dotação orçamentária que menciona.

O Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e fez distribuir às comissões permanentes, conforme se infere do despacho prolatado.

Conforme Mensagem n. 42, de 9 de agosto de 2017, justifica-se a necessidade de modificação na Lei Municipal supracitada, com o intuito de inserir a Associação do Circuito Turístico Noroeste das Gerais no rol das entidades que poderão receber repasses financeiros do Município.

O Chefe do Executivo reforça dizendo que o Município de Patos de Minas firmou Termo Associativo com a aludida Associação, “cujo objeto é o apoio mútuo entre as instituições para a promoção dos objetivos da referida associação, incentivando a criação e manutenção dos programas turísticos no âmbito do Circuito Noroeste das Gerais.”

Por fim salienta que “dentre outras atividades, a referida Associação promoverá a elaboração de um plano integrado para o desenvolvimento do turismo na região, assessorando o Município na implantação de projetos e programas, estabelecendo capacitação e treinamento de recursos humanos locais.”

### **2. RAZÕES**

O projeto de lei em referência se enquadra na categoria legislativa de lei ordinária.

No que tange à constitucionalidade e legalidade, constata-se que o projeto não contraria as disposições constitucionais, tampouco a legislação infraconstitucional.

Não há vícios de iniciativa.

No tocante à técnica de redação, o projeto atende as determinações da Lei Complementar Municipal nº. 400, de 9 de abril de 2013, que trata das regras atinentes à elaboração, alteração e consolidação das leis municipais.

Em razão do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, voto pela aprovação do presente projeto de lei em primeiro turno de discussão e votação.

É como voto.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 16 de agosto de 2017.

**Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM**  
Relator

**Vereador ISAÍAS MARTINS DE OLIVEIRA**  
Membro da CLJR

**Vereadora MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO**  
Membro da CLJR